**FUNCIONÁRIO PÚBLICO — APOSENTADORIA COMPULSÓRIA —
REINTEGRAÇÃO — INEXISTÊNCIA DE PROCESSO ADMINIS-
TRATIVO**

— Interpretação do art. 7º do Ato Institucional nº 1, de 1964.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Estado de São Paulo *versus* Idenelphi Semeghini
Recurso extraordinário nº 78 281 — Relator: Sr. Ministro
DJACI FALCÃO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso.

Brasília, 31 de maio de 1974. *Luiz Gal-
lotti*, Presidente *Djaci Falcão*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Djaci Falcão: Trata-se de ação ordinária contra a Fazenda do Estado, na qual o autor pleiteia reintegração no cargo em que foi aposentado compulsoriamente, com base no art. 7º, § 1º, do Ato Institucional nº 1, de 1964. Alega que não houve processo regular, com oportunidade de defesa. A decisão de primeiro grau acolheu a sua pretensão, desenvolvendo mais de um fundamento. Dela merecem destaque as seguintes considerações:

“Para a aposentadoria compulsória do A. vinculou-se o ato à existência de processo, onde se teriam apurado as razões que o motivaram: ‘... tendo em vista o apurado no Processo nº 1 024/64, da Comissão Geral de Investigações’ fls. 8), e, também, na mesma publicação, se mencionou: “Tendo em vista os elementos

constantes do inquérito policial-militar que lhe moveu a Comissão Geral de Investigações e de acordo com o disposto no § 1º, do art. 74, do Ato Institucional...” (fls. 8).

Ora, já a fls. 9, encontramos documento, afirmando que a aposentadoria do A. não foi originada de qualquer processo regular, mas foi efetivada nos termos do art. 7º do Ato Institucional (fls. 9).

Examinemos, pois, a fundamentação de tais atos, que geraram a aposentadoria compulsória do A., em face das lições já referidas, quanto à possibilidade de apreciação dos motivos determinantes do ato objeto da ação.

Às fls. 9 e 70, temos a negativa já mencionada de processo originador da aposentadoria do autor, e, apenas, encontramos remetidos a fls. 49, e, estando em apenso, os procedimentos em que o interessado reclama sua readmissão ao serviço público.

Como se percebe da leitura de fls. 49, o referido Processo 1 024/64, que se instaura na Comissão Geral de Investigações, não tramitou pelas seções respectivas do Gabinete do Governador e da Casa Civil, sendo que é bastante significativo o informado às fls. 64-65, através de ofício do próprio Ex.^{mo} Senhor Governador do Estado, ao comunicar ao juízo que esse processo “teria sido encaminhado pela Casa

Civil ao Ex.^{mo} Senhor Secretário da Justiça, da época, e este o teria devolvido à Casa Civil" (letras *a*, *b*, de fls. 64), porém, "efectuadas diligências, na Casa Civil, não foi encontrado referido processo" (letra *c*, de fls. 64).

É a prova provada de que inexistiu esse processo, e que tudo não passou de maquiavélica trama, de fundo e objetivo políticos, de vingança pessoal, culminando com a aposentadoria do autor.

Aliás, a fls. 65, foi ratificada a certeza de que tudo não passou de mera fundamentação, em que pese constar da relação de fls 52, sob o nº 3, a remessa de um Processo 1 024/64, pelo Protocolo da Casa Civil ao Gabinete do Secretário da Justiça, e conforme o ofício de fls 64, a sua restituição.

Bastante significativo é o fato de que não só o juízo, como também o próprio Tribunal de Contas do Estado, diligenciaram, com interesse para a essa localização, sem sucesso: fls. 30, 44, 47, 61, 62, 92, 94, 95, 104, 110, 111 com as respostas de fls., 48, 49, 51, 57, 64-5, 97, 102, 106-107, 113-114 (informando o "extravio").

5. De outra parte, o inquérito policial-militar, também invocado, nesse excesso de fundamentação dos atos de aposentação do autor, também não poderia ser tido como suficiente para autorizar a punição do mesmo, eis que, conforme se lê das certidões e documentos de fls. 67-69, foi arquivado, entendendo o Ex.^{mo} Sr. Dr. Procurador-Geral da Justiça, na ocasião, que: "Tudo indica, portanto, que houve açodamento nas imputações possivelmente provocado por motivos políticos ou pelo clima da perplexidade pós-revolucionário" (fls. 67)" (fls. 125 a 127).

A sentença foi confirmada pelo acórdão de fls. 156 e 157, que leio.

Irresignada, a Fazenda do Estado interpôs recurso extraordinário baseado no art. 119, III, letras *a* e *d*, da Lei Magna, sob

alegação de ofensa à coisa julgada (art. 153, § 3º, da Constituição Federal), pois contrariou a decisão tomada nos ROMS nº 16 316 (*ver* fls. 159 a 161). Após a impugnação de fls. 179 a 189, o recurso foi indeferido pelo despacho de fls. 191 a 193, vindo, porém, a ser processado por força do Ag nº 58 329, tramitando regularmente (fls. 205 a 209 e 223 a 235). A Procuradoria-Geral da República pronunciou-se pelo seu provimento (fls. 239 a 241).

VOTO

O Sr. Ministro Djaci Falcão (Relator): Inobstante a sentença assentar não só na ausência de qualquer defesa, para a aplicação da aposentadoria compulsória, mas em análise mais larga, envolvendo também os motivos determinantes do ato, o acórdão recorrido cingiu-se apenas ao primeiro fundamento, consoante se vê das seguintes considerações:

"Insiste a Fazenda desenganadamente, em sustentar, à míngua de recursos, que admite o autor ter havido investigação sumária, não se abalanchando, no entanto, em mencionar onde se encontra tal procedimento administrativo.

O certo, no entanto, como salientado pela brilhante sentença e pelas magníficas razões, é a inexistência do Processo nº 1 024/64 da Comissão-Geral de Investigações e o inquérito policial-militar foi arquivado, salientando o Dr. Procurador-Geral da Justiça a sua motivação exclusivamente política.

Debalde se procuraram nos escaninhos administrativos das Secretarias de Estado o referido processo CGI não só pelo juízo, como pelo próprio Tribunal de Contas, que dele necessitava, sendo que a referida Comissão informou, reservadamente, que não constava tal processo em nome do autor e, além disso, suas atividades somen-

te foram iniciadas no primeiro trimestre de 1969, quando proviria do ano de 1964.

Logo, inexistiu o arrimo motivador da aposentadoria do autor e merece confirmação a sentença, que bem analisou a prova e ilustrou fartamente sua conclusão" (fls. 156).

Sustenta o recorrente que há ofensa à coisa julgada, à vista da decisão tomada em anterior mandado de segurança impetrado pelo funcionário e que fora indeferido. Observo que tal matéria não foi prequestionada (*Súmula* 282). Admitindo-se a viabilidade da sua arguição a qualquer momento, por se tratar de matéria de ordem pública, ainda assim não tem aplicação ao caso.

Não há dúvida de que a decisão denegatória de mandado de segurança, quando envolve o mérito, faz coisa julgada (*ver*, dentre outros, o RE nº 61 452-SP, de que fui relator). Dá-se que a decisão indeferitória do *writ* não cuidou propriamente da questão ventilada na presente ação. Leio à Turma a decisão no RMS nº 16 316, de que foi relator o eminente Ministro Hermes Lima (fls. 164 a 166). Pondera, com acerto, o despacho que inadmitiu o presente recurso:

"III — a eg. Quarta Câmara Civil confirmou a sentença de primeiro grau, concluindo pela inexistência de qualquer processo movido contra o autor e por isso não havia arrimo motivador de sua aposentadoria.

IV — Irresignada, veio a Fazenda do Estado com o presente extraordinário, apoiando-se no art. 119, III, alíneas *a* e *d*, da Constituição da República. Sustenta que o julgado contrariou o § 3º do art. 153 da Lei Maior e deu solução divergente da proferida pelo Colendo Supremo Tribunal Federal no MS 16 316, entre as mesmas partes.

V — O autor impugnou regularmente o recurso.

VI — Como muito bem argumentou o recorrido, "*é substancial a diferença entre o fundamento do mandado de segurança e o da ação ordinária*. No primeiro, discutiram-se a auto-aplicação do Ato Institucional nº 1, e a omissão da intimação do indiciado para tomar conhecimento das acusações e produzir sua defesa. *Presumia-se, porém, a existência real da investigação sumária e do Processo nº 1 024/64*, embora nunca tivesse o impetrante sido intimado a respeito. E a presunção era válida, porque dois decretos estaduais afirmavam isso e, *em suas informações, a autoridade coatora o confirmava...*

Contudo, na ação ordinária, *o fundamento é outro*, é, taxativamente, a própria inexistência desses processos, verificada muito depois do mandado de segurança. De fato, este foi impetrado em fevereiro de 1965, quando só em setembro é que, pela primeira vez, um dos Departamentos da Administração estadual, a Secretaria da Educação, confessava que a aposentadoria do recorrido não foi originada de processo (fls. 70)" (fls. 181).

VII — Disso se infere que não se pode falar em coisa julgada, que, aliás, não foi objeto de apreciação no acórdão recorrido e por isso mesmo impossível de apreciação em extraordinário (*Súmula* 282). Também inexistente dissídio jurisprudencial, porque, é bom que se repita, no mandado de segurança cuidou-se de uma coisa e os fundamentos que embasaram a ação ordinária são completamente diversos" (fls. 191 e 193).

Ante o exposto, em preliminar, não conheço do recurso.

EXTRATO DA ATA

RE nº 78 281 — SP — Rel., Ministro Djaci Falcão. Recte., Estado de São Paulo (Adv., Yor Queiroz). Recorrido, Idenol-

phi Semeghine (Adv., João Nascimento Franco e outro).

Decisão: Não conhecido. Unânime. Falou, pelo recorrido, o Dr. João Nascimento Franco. Impedido, o Senhor Ministro Rodrigues Alckmim.

Presidência do Sr. Ministro Luiz Gallotti. Presentes à sessão os Senhores Ministros Oswaldo Trigueiro, Aliomar Baleeiro, Djaci Falcão, Rodrigues Alckmim, e o Dr. Oscar Corrêa Pina, Procurador-Geral da República, substituto.